

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO BOLSONARO

DESMONTE, RESILIÊNCIA
E REFUNDAÇÃO

organização

Carlos Aurélio Pimenta de Faria
Luciana Leite Lima

JACARTA

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO BOLSONARO

DESMONTE, RESILIÊNCIA
E REFUNDAÇÃO

organização

Carlos Aurélio Pimenta de Faria

Luciana Leite Lima

© dos autores
1ª edição: 2024

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Luciana Leite Lima, Giordano Benites Tronco

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos Bischoff, Henrique da Silva Pigozzo

Capa e diagramação: Giordano Benites Tronco

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

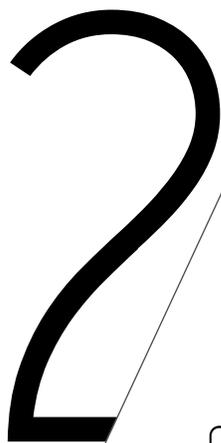
P769 As políticas públicas do governo Bolsonaro : desmonte, resiliência e refundação / Organizadores : Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Luciana Leite Lima. — Porto Alegre : Jacarta Produções, 2024.
291 p. ; 16x23 cm.

Bibliografia no final de cada capítulo.
ISBN 978-65-991391-5-4

1. Políticas públicas. 2. Desmonte 3. Brasil. I. Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. II. Lima, Luciana Leite. III. Título.

CDU 35

Deliane Souza dos Santos — CRB 10/2439



2

OPERACIONALIZAÇÃO DO DESMONTE: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS A PARTIR DO RELATÓRIO FINAL DO GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2022

LUCIANA LEITE LIMA

ROBERTA CARDOSO PIEDRAS

*Mestre e doutoranda em Políticas Públicas pela UFRGS.
Atualmente é assistente de pesquisa do Núcleo de Estudos
em Economia Criativa e da Cultura (NECCULT/UFRGS) e
do Núcleo de Pesquisa em Gestão Municipal (NUPEGEM/
UFRGS). E-mail: piedrasroberta@outlook.com*

1. INTRODUÇÃO¹

Num contexto de crise da democracia liberal, o desmantelamento de políticas públicas tem sido apontado como uma das estratégias de governos populistas autoritários para reorganizar e reorientar a administração pública (Bauer *et al.* 2021; Cid, Domingues e de Paula 2022; Lima e Bezerra 2022). Nesse cenário, o objetivo deste capítulo é apresentar um panorama da estratégia de desmonte das políticas públicas federais no período 2019-2022 no Brasil. Para isso, analisamos os elementos do desenho das políticas sociais e econômicas deste período com vistas a detectar as mudanças promovidas, seu sentido e possíveis consequências para a robustez das políticas. Desse modo, será possível identificar as táticas utilizadas para operacionalizar o desmonte realizado naquele período².

Para delimitar as chaves analíticas, mobilizamos o seguinte conceito de desmonte: “[...] um tipo específico de mudança de política pública, caracterizado pela redução, diminuição ou remoção de objetivos, instrumentos ou de capacidades administrativas existentes para sua implementação” (IPEA, 2022, 1 *apud* Bauer e Knill, 2012). Dele derivamos três dimensões de estudo: (i) sentido da mudança, (ii) elementos afetados das políticas e (iii) tipo de mudança e consequências para as políticas.

O **sentido da mudança** abarca três categorias: (a) **redução**: abrandar, resumir, limitar e desorganizar; (b) **diminuição**: tornar menor, abater e rebaixar; e (c) **remoção**: transferir, retirar, recusar e eliminar. Verificamos quais desses modos afetaram os seguintes elementos do funcionamento das políticas: objetivos, instrumentos e capacidades.

Os **objetivos** dizem respeito aos resultados esperados das políticas públicas, forjados na atividade política são, assim, fruto de decisões estratégicas; em termos funcionais, são orientadores das ações e funcionam como mecanismos de coordenação (Lima e D’Ascenzi, 2019). Já os **instrumentos** dizem respeito aos meios de implementação, aos métodos de execução das ações, estando conectados aos objetivos, uma vez que pretendem sua consecução (Lima *et al.*, 2022). E as **capacidades** referem-se aos recursos e condições utilizados para desenvolver as políticas e programas; no caso das capacidades administrativas, trata-se, principalmente, de pessoas, recursos financeiros e estrutura organizacional.

(1) Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

(2) Por estratégia entendemos o objetivo geral de uma organização conforme proferido pelo grupo que ocupa o topo da hierarquia. Já a tática diz respeito ao método utilizado para a consecução da estratégia, a ser operacionalizada pelos níveis hierárquicos inferiores.

Por último, identificamos o **tipo e as consequências das mudanças** para a robustez das políticas. Para isso, acionamos a proposta de Mahoney e Thelen (2010), modelada por Howlett *et al.* (2018) e van Geet *et al.* (2019), que delimita cinco tipos de mudança: (a) **por camadas**: processo de adicionar novos objetivos e/ou instrumentos sem ajustar os demais elementos do desenho, levando à incoerência entre objetivos e inconsistência em relação aos instrumentos; (b) **à deriva**: quando os objetivos mudam, mas não mudam os instrumentos que os implementam, os quais se tornam inconsistentes em relação aos objetivos e provavelmente inefetivos para alcançá-los; (c) **conversão**: envolve mudança de instrumentos mantendo os objetivos constantes; se os objetivos forem inconsistentes, esse tipo de mudança pode melhorar a implementação, mas é improvável o alinhamento entre os elementos; (d) **substituição**: quando novos elementos substituem os preexistentes, pode ser um processo gradual ou abrupto; e (e) **exaustão**: quando algum elemento ou toda a configuração se desmantela, perdendo eficácia e efetividade e, conseqüentemente, legitimidade. Cabe ressaltar que a tipificação da mudança não decorre da adição de sentidos da mudança, mas depende, além disso, das funções que foram afetadas e das relações entre os elementos modificados.

A análise foi realizada a partir dos dados constantes no Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental (Comissão de Transição Governamental 2022), o qual sistematiza as informações de 32 relatórios setoriais produzidos pelos Grupos Técnicos (GTs), quais sejam: Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Centro de Governo; Cidades; Ciência, Tecnologia e Inovação; Comunicações; Comunicação Social; Cultura; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Direitos Humanos; Economia; Educação; Esportes; Igualdade Racial; Indústria, Comércio e Serviços; Infraestrutura; Inteligência Estratégica; Justiça e Segurança Pública; Juventude; Meio Ambiente; Minas e Energia; Mulheres; Pesca; Planejamento, Orçamento e Gestão; Povos Originários; Previdência Social; Relações Exteriores; Saúde; Trabalho; Transparência, Integridade e Controle; e Turismo. Tais Grupos foram compostos por servidoras e servidores públicos, atores políticos, especialistas, pesquisadoras e pesquisadores e representantes da sociedade civil, de movimentos sociais e de organizações internacionais comprometidos com a produção de diagnósticos setoriais. As diversidades regionais, de gênero e de raça foram consideradas na formação dos GTs, tornando as perspectivas analíticas presentes no documento mais plurais e representativas.

Relevante apontar duas limitações metodológicas. Primeiro, o Relatório Final é um documento de comunicação política, ele expressa a rivalidade entre o governo que se inicia em 2023 e o que se encerrou em 2022. Nesse sentido, a linguagem é bastante crítica e trabalhamos com a suposição de que as informações selecionadas para compor o documento são as que melhor permitem o reforço da-

quele contraste. Segundo, como resultado desse movimento, os dados não cobrem a totalidade das políticas, programas e ações³. Cientes de tais limitações, a seleção dos dados para a elaboração do presente capítulo foi cuidadosa, coletando aqueles que estavam embasados factualmente, com indicadores, dados e descrições de processos. Também buscamos reforço ou contestação dos achados na produção científica recente.

Este capítulo está organizado em duas partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira parte apresentamos a análise dos dados e caracterizamos as mudanças ocorridas nas políticas sociais e econômicas; na segunda parte, sistematizamos os resultados encontrados e fazemos uma reflexão sobre as mudanças e suas motivações, com o apoio da literatura recente.

2. CARACTERIZANDO AS TÁTICAS DO DESMONTE: SENTIDO DA MUDANÇA, ELEMENTOS AFETADOS E CONSEQUÊNCIAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste tópico, mobilizamos o modelo analítico, sistematizado no Quadro 1, para o estudo das mudanças ocorridas nas políticas públicas entre 2019 e 2022, conforme apontadas no Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental (Comissão de Transição Governamental 2022).

Este tópico está organizado em dois eixos, seguindo a divisão do Relatório Final: Desenvolvimento social e Desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Em cada eixo, enfocamos as seguintes políticas finalísticas:

- a) Desenvolvimento social: Assistência Social, Educação, Saúde, Trabalho, Previdência Social, Política Urbana, Cultura, Esporte, Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Povos Indígenas.
- b) Desenvolvimento econômico e sustentabilidade: Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Infraestrutura, Comunicações, Ciência, Tecnologia e Inovação, Minas e Energia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, De-

(3) Entendemos políticas públicas “tanto como diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacional” (Secchi, Coelho e Pires 2019, 9).

Quadro 1 - Sistematização do modelo analítico

DIMENSÃO	CATEGORIAS
Sentido da mudança	Redução
	Diminuição
	Remoção
Elemento afetado do funcionamento da política	Objetivo
	Instrumentos
	Capacidades
Tipo de mudança e consequências para robustez da política	Por camadas
	À deriva
	Conversão
	Substituição
	Exaustão

Fonte: elaborado pelas autoras.

2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As políticas de desenvolvimento social englobam 13 temáticas dedicadas à promoção e à proteção social. De forma geral, foi possível identificar os três sentidos da mudança, muitas vezes combinados, afetando os três elementos do funcionamento das políticas, com predominância de instrumentos e capacidades. As mudanças nos objetivos se deram especialmente no sentido da remoção do princípio da equidade e daqueles relacionados a problemáticas não reconhecidas pelo governo, como violações de direitos humanos e desigualdades raciais e étnicas. Em relação aos instrumentos, as mudanças envolveram a extinção e a paralisação de programas e, principalmente, dos arranjos de participação. As capacidades administrativas foram afetadas por meio da indisponibilidade de recursos financeiros e do enfraquecimento organizacional, notadamente a perda de status organizacional, desorganização administrativa e redução de equipes.

Em relação aos tipos de mudança, dois foram mapeados. O tipo preponderante foi a exaustão, reconhecido em oito políticas: Cultura e Esporte, Igualdade Racial, Juventude, Povos Indígenas, Saúde, Trabalho, transferência de renda (Assistência Social) e Urbana. Esse tipo corresponde a mudanças que enfraquecem ou eliminam os elementos da política, indica colapso de todo o arranjo e pode conduzir à inviabilidade sistêmica e perda de legitimidade. A mudança por camadas foi identificada em quatro casos: na segurança alimentar e nutricional (Assistência Social), Educação, Mulheres e Previdência Social. Nesses notou-se a produção de incongruência no desenho das políticas, mediante o desalinhamento entre objetivos e instrumentos, juntamente à diminuição e redução de capacidades. Como resultado potencial percebe-se a incapacidade de enfrentamento dos problemas sociais em questão e a irrelevância das iniciativas construídas. A seguir, para cada área temática, descrevemos os sentidos da mudança e os elementos das políticas afetados por ela.

Começamos pelas áreas que sofreram modificações nos três elementos do funcionamento das políticas: objetivos, instrumentos e capacidades administrativas. São elas: Assistência Social (transferência de renda), Urbana, Direitos Humanos, Igualdade Racial e Povos Indígenas.

No campo da Assistência Social, especialmente nas políticas de transferência de renda, a exemplo do Auxílio Brasil (que substituiu o Programa Bolsa Família), o Relatório salienta que os objetivos perderam foco, passando a tratar de forma igual grupos beneficiários em diferentes níveis de vulnerabilidade. Essa remoção do princípio da equidade dos objetivos se manifestou também nos instrumentos de implementação, os quais foram desorganizados, havendo fragilização das condicionalidades de saúde e educação e descaracterização do Cadastro Único. O Cadastro Único, em especial, sofreu mudanças nas regras e formas de operação, tornando-se impreciso e desatualizado quanto às características das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. No que tange às capacidades administrativas, são apontadas diminuições no financiamento, cujas consequências se mostram na precarização da rede de atenção e no aprofundamento de problemas já identificados, como o da alta rotatividade de profissionais e o da defasagem dos sistemas administrativos.

A política Urbana também foi afetada em seus objetivos pela remoção do princípio da equidade, deixando de priorizar as famílias de baixa renda. Como resultado, sustenta-se que houve aumento no número de pessoas em situação de rua e ameaçadas de despejo, piora na qualidade da mobilidade nas cidades e aumento de desastres climáticos. No que tange aos instrumentos, é apontada a remoção de arranjos de participação e do controle social, como o Conselho das Cidades. Em relação às capacidades, é destacada a perda de status da área, com a extinção do Ministério das Cidades, a diminuição do orçamento para programas habitacionais

e para gestão de riscos e para a prevenção de desastres climáticos.

Nas políticas de Direitos Humanos, aponta-se um rebaixamento dos objetivos. O Disque 100 foi mencionado como um dos principais exemplos desse movimento: criado para encaminhar e responder denúncias de violações de direitos, passou a ser utilizado para receber denúncias sobre profissionais da educação e da saúde que não seguiam as ideias do governo federal, como incentivar a vacinação e ensinar sobre desigualdade de gênero e raça. As capacidades administrativas foram prejudicadas pela diminuição do orçamento e pela desorganização administrativa. E os instrumentos voltados à participação e controle social sofreram alterações em dois sentidos, redução e remoção: 12 dos 14 colegiados de participação na área dos Direitos Humanos foram modificados para limitar a participação da sociedade e dois foram extintos por revogação normativa.

Nas políticas para Igualdade Racial, constatou-se a remoção de objetivos como manifestação da recusa em reconhecer a desigualdade racial como problema social. Isso acarretou a paralisação dos esforços de regularização fundiária de territórios quilombolas, a descontinuidade de ações para enfrentamento ao racismo e à violência sofrida pela juventude negra, a baixa implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, bem como o enfraquecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. No tocante aos instrumentos, observou-se a eliminação de órgãos colegiados e o não monitoramento da Lei de Cotas do Ensino Superior e do Serviço Público. A fragilização das capacidades administrativas se deu pela diminuição de orçamento, da quantidade de pessoal e pela desarticulação organizacional, em especial no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e na Fundação Cultural Palmares. Essa fragilização aconteceu também pelo enfraquecimento da intersetorialidade nos programas da Agenda Social Quilombola e das iniciativas voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Terreiro e dos Povos Ciganos.

De forma semelhante, nas políticas voltadas aos Povos Indígenas, o Relatório indica diminuição de capacidades administrativas, remoção de instrumentos e o esforço em mudar os objetivos de órgãos específicos. No caso da Fundação Nacional do Índio, a inserção de profissionais sem experiência com a temática e contrários à autodeterminação dos povos indígenas foi uma tática de modificação de objetivos. De forma geral, as capacidades foram afetadas por um orçamento diminuído e subutilizado. Em relação aos instrumentos, cita-se a paralisação das instâncias de participação social, a exemplo do Conselho Nacional de Política Indigenista. Como consequência, menciona-se a estagnação da política de demarcação de Terras Indígenas e a morosidade quanto à fiscalização de invasões, assim como o aumento de políticas de incentivo à grilagem e à exploração de recursos naturais. Os impactos dessas iniciativas são identificados no aumento na disseminação de doenças dentro das áreas indígenas, das

invasões e, conseqüentemente, dos casos de violência.

O Quadro 2 sistematiza as informações apresentadas até aqui, complementando a análise com os tipos de mudanças e as possíveis conseqüências para a robustez das políticas. Nota-se que, da perspectiva do conjunto de elementos (objetivo, instrumentos e capacidades), os sentidos das mudanças favorecem a exaustão das políticas: colapso do arranjo de elementos resultando em ineficiência, ineficácia, irrelevância e perda de legitimidade. Cabe reiterar que a identificação do tipo de mudança não decorre da soma dos sentidos da mudança, mas da consideração de sua intensidade sobre os elementos que foram afetados, assim como de suas relações.

Quadro 2 - Mudanças nas políticas de desenvolvimento social e possíveis conseqüências

POLÍTICA	OBJETIVO	INSTRUMENTO	CAPACIDADE	TIPO DE MUDANÇA	CONSEQÜÊNCIA DA MUDANÇA PARA A POLÍTICA
	SENTIDO DA MUDANÇA				
Transferência de renda	remoção	redução	diminuição	exaustão	Mudança que enfraquece todo o conjunto de elementos, provocando incompetência para enfrentar os problemas sociais e perda de legitimidade.
Direitos Humanos	diminuição	redução e remoção	diminuição e redução	exaustão	Mudança que solapa a política, levando a limitação de atuação.
Urbana	remoção	remoção	diminuição	exaustão	Mudança em que objetivos e instrumentos são recusados e eliminados e as capacidades são comprometidas, levando à inviabilização da política.
Igualdade racial	remoção	remoção	diminuição	exaustão	
Povos Indígenas	remoção	remoção	diminuição	exaustão	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nas demais áreas do desenvolvimento social identificamos alterações em dois elementos do funcionamento das políticas, nos instrumentos de implementação e nas capacidades administrativas. Vejamos.

Nas políticas para as Mulheres encontramos o único caso em que não foram alterados os instrumentos, mas sim objetivos e capacidades administrativas. Conforme consta no Relatório, a modificação nos objetivos se expressou principalmente no Disque Denúncia: com sua transferência para a Ouvidoria de Direitos Humanos, o objetivo de informar as vítimas de violência doméstica acerca de seus direitos e fontes de proteção social foi removido, passando a priorizar denúncias de violência. No que tange às capacidades, os elementos que garantiam a sustentabilidade dos programas foram retirados da legislação e o orçamento foi diminuído, em especial em programas como Mulher Viver Sem Violência e Casa da Mulher Brasileira.

Nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (Assistência Social), os instrumentos foram afetados pela diminuição da participação social, a exemplo da desativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. E, no caso do Programa de Fomento Rural, foi constatada redução da transparência na prestação de contas e adoção de métodos ineficientes para aquisição de cestas básicas. As capacidades administrativas foram marcadas pela diminuição do orçamento, com impactos negativos na capacidade de operação de restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e centrais de distribuição de alimentos da agricultura familiar.

Na Educação, em relação aos instrumentos, observamos redução e diminuição por meio da criação de regulamentações visando constrição e politizar a educação pública, da desarticulação dos sistemas subnacionais de ensino e da extinção de comitês e comissões participativas, como o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Comitê Gestor do Prouni. No âmbito das capacidades, o Relatório menciona diminuição do financiamento para universidades e institutos federais, desorganização dos processos administrativos e das relações intergovernamentais.

Nas políticas de Saúde o alvo preferencial das mudanças foram as capacidades administrativas, no sentido: da diminuição do orçamento, resultando em precarização dos serviços; da recusa em exercer a autoridade sanitária por parte do Ministério da Saúde; e da abdicação deliberada do governo federal da atribuição de coordenar o Sistema Único de Saúde. Essas modificações afetaram especialmente: a Atenção Básica, a Saúde Mental, a Saúde da Mulher, a Saúde Indígena, a Urgência, os serviços para pessoas com deficiência, a Farmácia Popular, o Mais Médicos/ Médicos pelo Brasil, o Programa Nacional de Imunizações, a política de IST-Aids e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Na área do Trabalho, as capacidades foram fragilizadas com a diminuição do financiamento, redução das equipes responsáveis pela auditoria do trabalho e pela perda de competência na inspeção do trabalho. Já os instrumentos foram retirados através da paralisação de programas de qualificação profissional, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e o Novos Caminhos⁴.

Em relação à Previdência Social, as capacidades foram diminuídas por cortes e não reposição de pessoal e pelo rebaixamento da área ao nível de secretaria do Ministério da Economia, indicando sua subordinação à agenda econômica. De modo mais contundente, o Relatório destaca limitação no âmbito dos instrumentos de implementação, com o fechamento de agências do INSS, restrições técnicas nos canais digitais e na realização de atendimentos remotos, além do uso de cadastros desatualizados e imprecisos para concessão e retirada de benefícios.

Nas áreas da Cultura e do Esporte, as capacidades foram constrangidas pelo rebaixamento das estruturas organizacionais à posição de secretarias; pela diminuição do orçamento; e, especificamente no âmbito da Cultura, pela eliminação de cargos. Os instrumentos foram afetados pelo cancelamento e não formulação de editais, extinção de programas e, no caso da Cultura, eliminação e enfraquecimento dos colegiados de participação social.

Nas políticas para Juventude, a mudança nas capacidades se deu com a diminuição do orçamento. Os instrumentos também foram impactados por diminuição, com a fragilização da intersectorialidade e dos arranjos de participação social. O Relatório ressalta que a Secretaria Nacional da Juventude exibiu baixa capacidade de articulação política, de diálogo e de implementação dos programas e atuava de modo desvinculado aos objetivos da Administração Federal. Como resultado, diversos programas foram paralisados ou esvaziados, como a Estação da Juventude, o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural e o Projovem Urbano.

O Quadro 3 sistematiza as informações apresentadas, incluindo os tipos de mudanças promovidas e as possíveis consequências para a robustez das políticas. Neste grupo de políticas encontramos dois tipos de mudanças: exaustão e por camadas. A última pode gerar incongruência no desenho das políticas, situação em que objetivos e instrumentos se desalinham e podem se tornar incompatíveis, frustrando a consecução dos objetivos. A exaustão, como já discutido, é a situação mais extrema e prejudicial para as políticas, pois implica a dissolução de todo o arranjo de elementos que as formam.

(4) Estabelece medidas para aumentar o número de matrículas na educação profissional e tecnológica.

Quadro 3 - Mudanças nas políticas de desenvolvimento social e possíveis consequências

POLÍTICA	OBJETIVO	INSTRUMENTO	CAPACIDADE	TIPO DE MUDANÇA	CONSEQUÊNCIA DA MUDANÇA PARA A POLÍTICA
	SENTIDO DA MUDANÇA				
Mulheres	remoção	sem mudança	diminuição e remoção	por camadas	Mudança na qual instrumentos passam a atender novos objetivos, com o enfraquecimento das capacidades, o que indica encolhimento da política e perda de relevância.
Segurança Alimentar e Nutricional	sem mudança	redução e diminuição	diminuição	por camadas	Mudança que gera incongruência no desenho da política, quando objetivos e instrumentos se tornam desalinhados; elementos são enfraquecidos, gerando baixa capacidade de funcionamento e comprometendo a capacidade de enfrentar os problemas sociais.
Educação	sem mudança	redução e diminuição	diminuição e redução	por camadas	
Previdência	sem mudança	redução	diminuição	por camadas	
Saúde	sem mudança	não se aplica	remoção	exaustão	Mudança em que capacidades são recusadas, transferidas ou retiradas, inviabilizando a operação dos instrumentos e a consecução dos objetivos, levando ao colapso da política.
Trabalho	sem mudança	remoção	diminuição, redução e remoção	exaustão	Mudança pela inviabilização de instrumentos e eliminação de capacidades, desqualificando a política para a consecução de seus propósitos e levando-a ao colapso e à perda de legitimidade.
Cultura e Esporte	sem mudança	remoção	diminuição	exaustão	Mudança que compromete o funcionamento da política pela eliminação e enfraquecimento dos elementos de implementação, desqualificando-a para a consecução dos propósitos e gerando perda de legitimidade.
Juventude	sem mudança	diminuição	diminuição	exaustão	Mudança na qual elementos são enfraquecidos, gerando baixa capacidade de funcionamento no sentido de atender objetivos, indicando irrelevância da política.

Fonte: elaborado pelas autoras.

2.2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

As considerações presentes no Relatório Final acerca das políticas de desenvolvimento econômico priorizaram a identificação das problemáticas a serem resolvidas por parte do novo governo, em detrimento do detalhamento das mudanças ocorridas na gestão anterior. Por isso, a quantidade e a qualidade dos dados diferem em relação ao que coletamos para as políticas sociais.

Neste grupo de políticas, encontramos os três sentidos de mudança nos três elementos do funcionamento das políticas, especialmente nos instrumentos e capacidades. A única política que sofreu modificação nos objetivos foi a de Mineração, que não demonstrou características de desmantelamento. Distintamente do que observamos nas políticas sociais, nas econômicas não fica nítido um padrão de alteração, mas foi possível verificar que nos instrumentos sobressaíram mudanças que debilitaram a governança e, nas capacidades, o financiamento e a coordenação. Em relação aos tipos de mudança, identificamos alterações com potencial para dificultar a operação das políticas ou que pretendem reorganizá-las para atender a novos objetivos. Isto é, diferentemente das políticas sociais, os dados do Relatório não apontam modificações extremas, como a exaustão.

A seguir, descrevemos as mudanças em cada uma das temáticas. Frisa-se que, para as áreas da Pesca e Aquicultura e Turismo, o Relatório não forneceu dados suficientes para a realização da análise.

Na área de Indústria, Comércio Exterior e Serviço foi constatada baixa criação de políticas que tivessem como objetivo desenvolver os setores. No Relatório consta também a desestruturação das políticas existentes, a exemplo da política nacional de exportações. A escolha pela inação, segundo o Relatório, se deve à concepção dominante no governo federal de que os mercados seriam autorreguláveis e que a intervenção do Estado deveria ser restrita. Como resultado, o Relatório salienta efeitos em todo o sistema produtivo e de inovação, especialmente nos segmentos de bens de capital e serviços altamente especializados de exportação e geração de conhecimento. Também, nas áreas de comércio exterior, de financiamento para investimento, bem como de apoio à produção de serviços de proteção à população mais vulnerável e de incentivo à retomada econômica pós-pandemia.

Na Infraestrutura, fica evidenciada a fragilização da capacidade financeira do setor, tendo havido redução de investimento na área como um todo e especialmente em transportes e rodovias. Em relação aos instrumentos, menciona-se a falta de mecanismos de governança em programas de investimento, desorganização do planejamento e uso de modelos de concessão ineficazes.

No campo das Comunicações, o desmantelamento foi operado em diferen-

tes frentes. Menciona-se a diminuição de capacidades, retração de meios de implementação das políticas, perda de autonomia das empresas e assédio aos profissionais da área. Na esfera das capacidades, foi salientada a fragilização funcional e de gestão da Secretaria de Comunicação Social e o baixo investimento na área. Especialmente na radiodifusão, foi identificada a diminuição dos instrumentos de implementação, como editais para transmissão de conteúdos educativos e comunitários e paralisação dos processos de outorga do Canal Cidadania. Na TV Brasil, a coprodução de conteúdos independentes foi reduzida e o canal internacional foi extinto. Na Empresa Brasil de Comunicação foi observada mudança na produção de conteúdo, havendo censura de temas sociais e incentivo à publicização de assuntos vinculados à agenda do governo. O Relatório salienta a ocorrência de casos de perseguição em TVs, nas Rádios e na Agência Brasil.

As mudanças apontadas no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação foram nas capacidades administrativas, em especial a retração de investimentos, e nos instrumentos, principalmente a diminuição de meios de articulação com a sociedade civil. Instrumentos como portarias e decretos foram lançados a fim de esvaziar arranjos de concertação com a sociedade civil. Isso teria resultado na criação de ações pontuais e sobrepostas. O Relatório observa que a estratégia de isolamento das decisões políticas esteve vinculada à posição de negação de evidências científicas da coalizão governante no período.

Nas políticas de Minas e Energia observa-se mudanças principalmente no sentido de desregular o setor e facilitar os meios para as atividades de mineração, havendo mudanças em instrumentos e objetivos dos programas, mas não em suas capacidades operacionais. O Relatório salienta que esta indústria foi fomentada pela desburocratização de processos e flexibilização de limites de exploração. O programa Renovabio e o percentual de mistura dos biocombustíveis são exemplos: ambos foram alterados, tendo metas e objetivos modificados. O Código de Mineração, em especial, teve suas diretivas remodeladas, simplificando processos e procedimentos para mineração. Na área da indústria de petróleo, gás e biocombustíveis e de energia elétrica, salientam-se medidas de abertura ao setor privado, como a privatização da Eletrobrás e a redução da participação da Petrobras no abastecimento e no mercado de gás natural.

No setor de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observou-se o enfraquecimento das capacidades de operação e dos instrumentos. Isso se expressou na diminuição do orçamento discricionário do ministério responsável, na diminuição de 27% nos recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e de 31% para sanidade e qualidade dos insumos. O enfraquecimento dos instrumentos se manifestou por meio da redução dos estoques públicos de alimentos, especialmente no caso do arroz, que foi diminuído em 95%. Também se observa a insuficiên-

cia do Seguro Rural, acarretando redução da área de plantio de arroz, feijão e mandioca.

As políticas de Desenvolvimento Agrário, por sua vez, tiveram exclusivamente seus instrumentos de implementação deteriorados. Os títulos de domínio de terra divulgados pelo governo balizaram-se em documentos provisórios e precários e a garantia de áreas públicas para reforma agrária aconteceu de forma morosa. Os benefícios, como crédito e seguro produtivo, tiveram seus valores aumentados, mas isso foi acompanhado da concentração dos benefícios, havendo menos agricultores beneficiários e menos estados contemplados. De tal forma que a elevação dos valores acabou fortalecendo iniquidades regionais e entre agricultores.

No Desenvolvimento Regional houve redução de capacidades e de instrumentos. O ministério responsável era altamente dependente de emendas parlamentares, aplicadas em ações localizadas e sem relação com os objetivos das políticas. O Relatório sustenta que o ministério possuía grande dificuldade de coordenação horizontal e vertical, mostrando também sua incapacidade relacional. Tal descoordenação comprometeu o funcionamento de importantes instrumentos das políticas, como os Fundos de Desenvolvimento Regionais, que tiveram seus arranjos de governança desorganizados e seus conselhos deliberativos esvaziados. A desarticulação acabou por fortalecer desigualdades regionais, haja vista que a maior parte dos recursos foram direcionados para municípios com alto nível de desenvolvimento econômico.

As políticas de proteção ao Meio Ambiente também foram afetadas, principalmente por meio da precarização de instrumentos e da diminuição de capacidades. Os instrumentos para preservação das florestas foram fragilizados, a exemplo do Cadastro Ambiental Rural necessário para a implementação do Código Florestal. O sistema de lavratura eletrônica de autos de infração foi desestruturado e os autos passaram a tramitar em papel, precarizando a eficiência e agilidade dos processos. Além disso, foi observada a criação de medidas contrárias à punição de crimes ambientais. O setor também perdeu capacidades administrativas: a estrutura organizacional foi enfraquecida, havendo transferência de órgãos tradicionalmente vinculados à pasta para outros ministérios, houve redução de profissionais e de gestores especializados, bem como a diminuição de recursos para o Meio Ambiente. Tendo em vista a relevância do investimento internacional no setor, percebe-se que as políticas de meio ambiente também perderam sua capacidade de sustentação pela construção de barreiras comerciais no mercado internacional aos produtos brasileiros, pela paralisação do Fundo Amazônia e pela restrição de acesso ao crédito.

O Quadro 4 sistematiza os resultados referentes às políticas do eixo do desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

Quadro 4 - Mudanças nas políticas e possíveis consequências, eixo Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade

POLÍTICA	OBJETIVO	INSTRUMENTO	CAPACIDADE	TIPO DE MUDANÇA	CONSEQUÊNCIA DA MUDANÇA PARA A POLÍTICA
	SENTIDO DA MUDANÇA				
Indústria, Comércio Exterior e Serviço	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	Escolha pela não ação por motivos ideológicos.
Minas e Energia	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	Os dados não indicam desmonte, mas mudança tática em resposta à estratégia de flexibilizar as regras para facilitar e catalisar as atividades de mineração e privatizar os setores de energia e petróleo.
Desenvolvimento Agrário	não se aplica	redução	redução	substituição	Deterioração dos elementos prévios e substituição por novos, mudança na forma de operação para sustentar os novos objetivos.
Infraestrutura	sem mudança	redução	diminuição	por camadas	Mudança em que elementos são enfraquecidos, gerando baixa capacidade de funcionamento.
Comunicações	sem mudança	redução	diminuição	por camadas	
Ciência, Tecnologia e Inovação	sem mudança	diminuição	redução	por camadas	
Desenvolvimento Regional	não se aplica	redução	redução	por camadas	
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	sem mudança	diminuição	diminuição	por camadas	
Proteção Ambiental	não se aplica	redução	remoção	por camadas	Enfraquecimento e eliminação de elementos, fragilizando a política.
Pesca e Aquicultura	dados insuficientes				
Turismo	dados insuficientes				

Fonte: elaborado pelas autoras.

Percebe-se que, em relação ao eixo do desenvolvimento social, as mudanças sofridas por estas políticas aconteceram mais no sentido do enfraquecimento dos arranjos pretéritos. Ou seja, as modificações mapeadas podem indicar dificuldades de operação ou alteração de propósitos, como no caso da Minas e Energia e da Indústria e Serviço, mas não apontam para colapso. Tais mudanças apontam para a manutenção das operações, mesmo com limitações.

3. AS TÁTICAS DO DESMONTE

A análise dos dados constantes no Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental 2022 indica que as políticas sociais foram afetadas mais fortemente por mudanças com potencial para conduzi-las ao colapso, já as políticas econômicas sofreram alterações que podem limitar seu funcionamento ou direcioná-las para o atendimento de novos objetivos. No que tange os elementos-foco das mudanças, as capacidades administrativas foram alteradas em 20 políticas; os instrumentos de implementação, em 18; e os objetivos, em 6. Como demonstramos, as capacidades administrativas foram fragilizadas, principalmente, por meio de diminuição de financiamento, enfraquecimento organizacional e dos mecanismos de coordenação; os instrumentos mais afetados foram os arranjos de participação (nas políticas sociais) e os mecanismos de governança (nas políticas econômicas); por fim, os objetivos foram marcados pela remoção do princípio da equidade.

A preferência pelos instrumentos e capacidades pode se dever a sua maior suscetibilidade à ação discricionária dos governos, dentre outros motivos por serem múltiplos e por conformarem arenas decisórias menos abertas e mais especializadas. Diferentemente dos objetivos, cuja modificação pode gerar alguma sorte de resistência ou veto, pois são foco de grande interesse social e as decisões relacionadas muitas vezes são tomadas em arenas mais plurais e com mais visibilidade. Ademais, com o tempo, as mudanças em instrumentos e capacidades podem minar os objetivos prévios e abrir caminho para a introdução de novos.

Tendo em vista essa caracterização, de forma geral, a tática utilizada converge ao tipo ‘desmantelamento por deslocamento de arena’, modo que manipula as “bases organizacionais ou procedimentais de uma política em uma dada arena para alterar direitos de participação ou características organizacionais que provavelmente produzirão efeitos desmanteladores” (Papi *et al.* 2022, 7).

Os resultados apresentados neste capítulo estão alinhados aos encontrados em IPEA (2022). Tal documento avança ao apontar as motivações de tais mudan-

ças, que seriam: “questões ideológicas e materiais, ‘guerra cultural’, neoliberalismo e austeridade fiscal” (IPEA 2022, 5)

As motivações para as mudanças nas políticas de assistência social, para mulheres, nas de igualdade racial, para os povos indígenas e para desenvolvimento rural podem ser enquadradas no tipo “questões ideológicas”. Isso porque suas problemáticas propulsoras não eram reconhecidas pelo governo como merecedoras de ação pública.

A Assistência Social perde sua relevância quando a desigualdade social passa a ser atribuída às características e escolhas individuais e quando o mérito se torna o fator explicativo da posição no sistema de estratificação social. Nesse entendimento, o Estado não deve ser utilizado para intervir na posição social de determinados grupos, o que o isenta de compensar as mazelas da pobreza e da exclusão social. No caso do gênero, o discurso de direitos era percebido como “uma ameaça contra a família” (Brandão e Lopes 2018, 111): atribuiu-se à chamada “ideologia de gênero” a “desordem” atual dos papéis sociais e a temida decadência da hierarquia patriarcal. No que tange à igualdade racial, estudando a política externa do Governo Bolsonaro, Kyrillos e Simioni (2022) sustentam que a negação do racismo mobiliza um discurso que reapropria o mito da democracia racial e está fundamentada na ideologia racial da branquitude, definida como “sistema de poder que privilegia pessoas brancas em detrimento das indígenas, quilombolas e negras” (Kyrillos e Simioni 2022, 1887). Disso decorre a aversão por políticas de igualdade, pois elas alimentariam a divisão social. Nas palavras do Presidente Bolsonaro:

[A miscigenação] foi a essência desse povo que conquistou a simpatia do mundo. Contudo, há quem queira destruí-la, e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças, sempre mascarados de ‘luta por igualdade’ ou ‘justiça social’. [...] [Eu] enxergo todos com as mesmas cores: verde e amarelo! (Soares 2020, 1).

Além dessas políticas, podemos agregar na motivação por “questões ideológicas e materiais” a política ambiental e a de desenvolvimento rural, no recorte das seguintes análises. Pereira *et al.* (2022) analisaram a política de fiscalização do desmatamento nos estados da Amazônia Legal e verificaram que um dos fatores com maior capacidade explicativa para a opção pelo desmantelamento encontrado foi o alinhamento ideológico ambiental pessoal: “quando o governador teve trajetória na área desenvolvimentista tradicional (como mineração, indústria, agropecuária, extração de madeira, infraestrutura, entre outros) e na militar” (p.12). Tal perfil demonstraria apoio ao uso intensivo de recursos naturais em detrimento da preservação ambiental, expressando uma visão ultrapassada de desenvolvimento. Já Diesel *et al.* (2021) estudaram o desmantelamento de políticas de desenvolvimento rural, com foco no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão

Rural, e constataram que o ministério responsável pela política no governo Bolsonaro suprimiu os marcadores de gênero, geração e identidade da política, tratando todos como “produtores”, distintos unicamente quando à escala e à rentabilidade.

Percebe-se que estas questões ideológicas conformaram uma racionalidade subjacente que passou a informar o desenho das políticas públicas. Uma de suas consequências mais nítidas é a formulação das chamadas políticas neutras, que negam e invisibilizam as diferenças. Este tipo de política, sob a justificativa de que todos são iguais e assim devem ser tratados pelo Estado, acabam por reproduzir e reforçar as desigualdades sociais (Godinho 2003).

Já a motivação da “guerra cultural” pode ser observada nas políticas de educação e de cultura. Segundo Leher (2021, 2), “a ‘guerra cultural’ é um ataque à herança iluminista e aos valores da Revolução Francesa” cujo objetivo seria “abrir as vias para um regime hostil à democracia, no qual o Presidente encarne o povo escolhido’ e suas ‘virtudes’ (em oposição aos ‘traidores’ do povo)”.

[...] as guerras culturais assumem um formato populista na medida em que as instituições encarregadas da reprodução de valores, tais como as escolas, as universidades, os meios de comunicação e, em especial, as artes, são sistematicamente acusadas de serem ocupadas e cooptadas por uma elite que permanece desconectada do povo ao impor valores classificados como progressistas que estariam alheios a ele (Freitas *et al.* 2021, 230).

Observando a política de ensino superior, Leher (2021) afirma que a tentativa de desmonte das universidades federais, ocorrida no governo Bolsonaro, decorre de seu papel social como instituição que fomenta a igualdade, a diferença e a laicidade, sendo objetos preferenciais de ataque a liberdade de cátedra e a autonomia universitária.

No prisma da “guerra cultural”, a universidade, quando se apropria da ciência, da tecnologia, da arte, da cultura e dos saberes socialmente construídos nas relações humanas transformadoras para projetar possibilidades de futuro, estaria sendo ideológica, “partidária” e guiada pelo chamado “marxismo cultural” (Leher 2021, 11).

Assim como a educação superior, a cultura foi percebida como uma área cooptada pelas “ideologias esquerdistas”, do que decorreria o caráter duvidoso da produção artística e cultural e a ilegitimidade do fomento público para a área (Freitas, Targino e Granato 2021). A extinção do Ministério da Cultura e o estabelecimento de novas regras para a Lei de Incentivo à Cultura, especialmente com a reorientação dos grupos beneficiários, foram mecanismos usados para enfrentar a suposta ideologia que embasaria a produção cultural. Nas palavras de André Porciuncula, então chefe da Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura: “A Cultura, nesse governo, não é mais o palco para a militância política/ideológica de

uma pequena elite pedante, é um local para ajudar a preservar os valores históricos e as tradições do homem comum, outrora tão ignorado e desprezado” (*apud* Cid *et al.* 2022, 49).

Por fim, podemos ilustrar a motivação baseada “no neoliberalismo e austeridade fiscal” com o caso da saúde. Conforme Menezes, Moretti e Reis (2019), em debate pré-pandemia da Covid-19, o Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 provocou uma crise de financiamento na saúde, que foi aprofundado a partir de 2019. Tal situação se torna mais preocupante se considerada em conjunto com outras iniciativas que interferiram nas capacidades administrativas, como a redução da quantidade de profissionais do Programa Mais Médicos e a retomada da ampliação de leitos psiquiátricos.

Também é na corrente ideológica neoliberal assumida pelo governo federal que se explica o desmantelamento de setores que compõem a área econômica. Schutte (2019) sustenta, já nos primeiros meses da gestão de Bolsonaro, que a lógica empresarial, de curto prazo, interessada em gerar valor financeiro para os acionistas e abrir novas áreas de exploração para os concorrentes, preponderante no ultraliberalismo do governo, implicaria em mudanças na gestão da Petrobrás, no mercado de gás e combustíveis. Na área de Indústria, Comércio Exterior e Serviço, Cardoso e Reis (2019) mostram efeitos do outro lado da peculiaridade do neoliberalismo bolsonarista: o conservadorismo. No âmbito das políticas de comércio exterior, as táticas justificam-se a partir do retorno de uma visão que legitima relações assimétricas de poder entre países considerados “em desenvolvimento” e países “desenvolvidos”. A visão conservadora e antiquada também reflete no campo da Indústria. As autoras prospectam que a gestão de Bolsonaro levaria ao aprofundamento da desindustrialização, a reprimarização da pauta exportadora e de um padrão periférico de inserção nas cadeias globais de valor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que as mudanças identificadas nos elementos que conferem sustentação às políticas sociais, econômicas e ambientais resultam do rechaço aos princípios iluministas e de reparação social, bem como ao próprio financiamento estatal. Percebemos, junto à bibliografia apresentada, que o desmantelamento das políticas públicas no governo federal no período de 2019 a 2022 deu-se de forma deliberada e com a motivação explícita de solapar as políticas vigentes no país, em especial aquelas que se direcionavam mais enfaticamente ao bem-estar social. Segundo Abrucio *et al.* (2020, 668), o governo Bolsonaro teve “como

principal adversário os ideais da CF/88, principalmente a expansão da atividade governamental gerada pelo crescimento dos direitos de cidadania e os *checks and balances* reforçados pelo novo arcabouço constitucional”.

O ex-presidente explicitou sua ideia: “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. [...] Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz” (*apud* Valor 2019). As consequências de tal inflexão são inúmeras e devem ser alvo de futuros estudos que captem em maior detalhamento e profundidade os efeitos do movimento de desmantelamento das políticas públicas ocorrido no Brasil. O presente livro é, por certo, um importante primeiro passo de sistematização do panorama de devastação, que hoje se percebe com mais nitidez, e que foi mapeado inicialmente, com outros propósitos, pelo Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental 2022.

REFERÊNCIAS

Abrucio, Fernando Luiz; Couto, Cláudio Gonçalves; Franzese, Cibele; Grin, Eduardo José e Segatto, Catarina Ianni. 2020. “Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental.” *Revista de Administração Pública* 54: 663–77.

Bauer, Michael W.; Becker, Stefan; Peters, B. Guy; Pierre, Jon e Yesilkagit, Kutsal. 2021. “Introduction: Populists, Democratic Backsliding, and Public Administration.” *Democratic Backsliding and Public Administration: How Populists in Government Transform State Bureaucracies*, orgs. Michael W. Bauer, B. Guy Peters, Jon Pierre, Kutsal Yesilkagit e Stefan Becker. Nova York: Cambridge University Press, 1–21.

Bauer, Michael W. e Knill, Christoph. 2012. “Understanding Policy Dismantling: An Analytical Framework.” *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press: Oxford, 30–51.

Brandão, Elaine Reis e Lopes, Rebecca Faray Ferreira. 2018. “Não É Competência do Professor Ser Sexólogo.” *Civitas - Revista de Ciências Sociais* 18: 100–123.

Cardoso, Fernanda Graziella e Reis, Cristina Fróes de Borja. 2019. “Velhos Dilemas, Antiquadas Soluções: O Brasil na Contramão do Desenvolvimento”. *Brasil: Incertezas e Submissão*, 127–50. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Cid, Gabriel da Silva Vidal; Domingues, João Luiz Pereira e de Paula, Leandro. 2022. “Um Governo Dedicado ao Homem Comum e Seus Valores’: A Cultura Como Objeto da Política na Gestão Bolsonaro.” *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia* 51(1): 37–63. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2022.i1.a52002>.

Comissão de Transição Governamental. 2022. *Gabinete de Transição Governamental: Relatório Final*. Brasília.

Diesel, Vivien; Neumann, Pedro Selvino; Dias, Marcelo Miná e Froelich, José Marcos. 2021. “Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: Um Caso de Desmantelamento?” *Estudos Sociedade e Agricultura* 29(3): 597–634.

Freitas, Sara da Silva; Targino, Janine Targino Granato, Leonardo. 2021. “A Política Cultural e o Governo Bolsonaro.” *Brasiliána: Journal for Brazilian Studies* 10(1): 219–239.

van Geet, Marijn Thomas; Lenferink, Sander e Leendertse, Wim. 2019. “Policy Design Dynamics: Fitting Goals and Instruments in Transport Infrastructure Planning in the Netherlands”. *Policy Design and Practice* 2(4): 324–58.

Howlett, Michael; Mukherjee, Ishani e Rayner, Jeremy. 2018. “Understanding Policy Designs Over Time: Layering, Stretching, Patching and Packaging.” *Routledge Handbook of Policy Design*, orgs. Michael Howlett e Ishani Mukherjee, 136–44. Nova York: Routledge.

IPEA. 2022. *Desmonte de políticas federais no Brasil*. Brasília.

Kyrillos, Gabriela M. e Simioni, Fabiane. 2022. “Raça, Gênero e Direitos Humanos na Política Externa Brasileira no Governo Bolsonaro (2019–2021)”. *Revista Direito e Práxis* 13: 1874–96.

Leher, Roberto. 2021. “Universidade Pública Federal Brasileira: Future-See e ‘Guerra Cultural’ Como Expressões da Autocracia Burguesa.” *Educação & Sociedade* 42.

Lima, Luciana Leite; de Aguiar, Rafael Barbosa e Lui, Lizandro. 2022. “Desenho de Políticas Públicas e Instrumentos de Implementação.” *Abordagens Contemporâneas para a Análise de Políticas Públicas*, orgs. Felipe Gonçalves Brasil e Ana Claudia Niedhardt Capella, 235–72. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Lima, Luciana Leite e D’Ascenzi, Luciano. 2019. “Implementação e Avaliação de Políticas Públicas: Intersecções, Limites e Continuidades”. *Teorias e Análises Sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil*, org. Gabriela Lotta, 127–52. Brasília: Enap.

Lima, Thamires Costa Rodrigues e Bezerra, Gabriella Maria Lima. 2022. “A ‘Guerra Cultural’ e a Representação Feminina no Brasil: Comparando os Grupos Partidários na Câmara dos Deputados em 2019”. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política* 31(2): 28–47.

Mahoney, James e Thelen, Kathleen. 2010. “A Theory of Gradual Institutional Change.” *Explaining Institutional Change*, orgs. James Mahoney e Kathleen Thelen, 1–38. Nova York: Cambridge University Press.

Menezes, Ana Paula do Rego; Moretti, Bruno e dos Reis, Ademar Arthur Chioro. 2019. “O Futuro do Sus: Impactos das Reformas Neoliberais na Saúde Pública–Austeridade Versus Universalidade.” *Saúde em Debate* 43: 58–70.

Papi, Luciana Pazini; Madeira, Lígia Mori; Juliano, Máira Cabral e Caldieraro, Núbia Lucas Licht. 2022. *Mudança ou Desmonte em Políticas Sociais? Efeitos do Governo Bolsonaro nas Áreas de Direitos Humanos e Assistência Social*. Campinas.

Pereira, Ana Karine; Oliveira, Marília e Lacerda, Lucas. 2022. *Populismo e Desmantelamento da Política de Fiscalização do Desmatamento em um Contexto Federalista*. Campinas.

Schutte, Giorgio Romano. 2019. “Petróleo e Gás na Era Bolsonaro & Guedes.” *Brasil: Incertezas e Submissão*, 211–230. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Secchi, Leonardo; Coelho, Fernando de Souza e Pires, Valdemir. 2019. *Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos*. 3º edição. São Paulo: Cengage.

Soares, Ingrid. 2020. “‘Enxergo Todos com as Mesmas Cores: Verde e Amarelo’, Diz Bolsonaro no G20.” *Correio Braziliense*.

Valor. 2019. “Nós Temos é que Desconstruir Muita Coisa, Diz Bolsonaro Durante Jantar”. *Sítio do Valor Econômico*, 18 de março de 2019.